



REVISTA DA ANINTER-SH
Volume 2, 2025 – Artigo: 06
ISSN: 2965-954X
Received: 21/11/2025
Accepted: 17/12/2025

D.O.I. <http://dx.doi.org/10.69817/2965-954X/v2a3>

MEMÓRIA DAS ESTATÍSTICAS DE GÊNERO DO IBGE: uma análise interseccional de gênero e raça¹

MEMORY OF IBGE GENDER STATISTICS: An Intersectional Analysis of Gender and Race

Simone Mello

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio

simonemello@edu.unirio.br

Diana de Souza Pinto

Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio

diana.pinto@unirio.br

RESUMO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto órgão central da produção das estatísticas oficiais no Brasil, desempenha papel estratégico não apenas no subsídio às políticas públicas, mas também na construção de uma memória estatística sobre a população brasileira. Este artigo analisa as estatísticas de gênero produzidas pelo IBGE a partir dos anos 2000, com ênfase na interseccionalidade entre as categorias sexo e cor ou raça, compreendidas como dimensões indissociáveis para a leitura das desigualdades no contexto nacional. Partindo de uma perspectiva feminista decolonial, o estudo recupera o histórico das categorias censitárias, problematizando os apagamentos e reconfigurações da variável racial nos levantamentos oficiais e sua relação com o mito da democracia racial. A análise dialoga com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da Agenda 2030, destacando o papel do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (igualdade de gênero) e a proposta brasileira de criação do ODS 18, voltado à igualdade étnico-racial, como marcos políticos que tensionam e reorientam a produção das estatísticas de gênero. A partir do exame da **Intersecção das categorias sexo e Cor ou raça nas publicações do IBGE**, o artigo discute os avanços e limites da incorporação da perspectiva interseccional nas publicações institucionais, sustentando que a variável raça não deve ser tratada apenas como recorte analítico, mas como condição epistemológica para a produção de estatísticas de gênero socialmente relevantes no Brasil.

Palavras Chave: estatísticas de gênero; indicadores sociais; interseccionalidade; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

ABSTRACT

The Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), as the central agency responsible for the production of official statistics in Brazil, plays a strategic role not only in supporting public policymaking but also in constructing a statistical memory of the Brazilian population. This article analyzes gender statistics produced by

¹ Este trabalho foi apresentado durante o XIV CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES – CONINTER, no Grupo de Trabalho **GT 20 - Memória, Narrativas e Discursos**, e foi selecionado pela Coordenação para publicação na Revista da ANINTER_SH.

IBGE since the 2000s, emphasizing the intersection between the categories of sex and color or race, understood as inseparable dimensions for interpreting inequalities in the national context. Drawing on a decolonial feminist perspective, the study revisits the historical trajectory of census categories, problematizing the erasures and reconfigurations of the racial variable in official surveys and their relationship with the myth of racial democracy. The analysis engages with Brazil's international commitments under the 2030 Agenda for Sustainable Development, highlighting the role of Sustainable Development Goal 5 (gender equality) and the Brazilian proposal for the creation of SDG 18, focused on ethnic-racial equality, as political milestones that challenge and reshape the production of gender statistics. Based on the examination of **the intersection of the categories sex and color or race in IBGE publications**, the article discusses both advances and limitations in the incorporation of an intersectional perspective in institutional publications, arguing that race should not be treated merely as an analytical disaggregation, but as an epistemological condition for the production of socially relevant gender statistics in Brazil.

Keywords: gender statistics; social indicators; intersectionality; Brazilian Institute of Geography and Statistics – IBGE.

1. INTRODUÇÃO

As estatísticas oficiais ocupam um lugar central na produção do conhecimento social e na formulação de políticas públicas, ao mesmo tempo em que constituem um campo privilegiado de construção de narrativas sobre a população e sobre a própria nação. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desempenha, desde sua criação em 1936, um papel estratégico nesse processo, não apenas como órgão produtor de dados, mas como instância de mediação entre demandas do Estado, compromissos internacionais e disputas políticas e epistemológicas em torno da visibilidade — ou invisibilidade — de determinados grupos sociais. Nesse sentido, as estatísticas de gênero produzidas pelo IBGE não podem ser compreendidas apenas como instrumentos técnicos de mensuração, mas como parte de uma memória institucional que reflete escolhas históricas, políticas, classificatórias e metodológicas.

A análise das estatísticas de gênero, sobretudo a partir do final do século XX, tem evidenciado a necessidade de superar abordagens que tratam a categoria “sexo” de forma isolada, desconsiderando as profundas desigualdades estruturadas pela articulação entre gênero, raça e classe na sociedade brasileira. No contexto nacional, marcado por um passado escravocrata, por hierarquias raciais persistentes e pela consolidação do mito da democracia racial (Gonzalez, 2020), a variável raça assume um papel central não apenas como recorte analítico complementar, mas como condição epistemológica para a produção de diagnósticos mais consistentes sobre as desigualdades de gênero. Assim, a interseccionalidade entre sexo e cor ou raça emerge como elemento fundamental para compreender a realidade social brasileira a partir das estatísticas oficiais (Collins e Bilge, 2021).

Este artigo insere-se nesse debate ao analisar a memória das estatísticas de gênero do IBGE a partir de uma perspectiva interseccional, com foco específico na articulação entre as categorias sexo e cor ou raça. O objetivo é examinar como essa interseção tem sido incorporada — de forma desigual, progressiva e, por vezes, tensionada — nas publicações do Instituto, especialmente a partir dos anos 2000, período marcado por transformações metodológicas, pelo fortalecimento do debate internacional sobre igualdade de gênero e pela ampliação das demandas por estatísticas sensíveis às desigualdades raciais.

A reflexão proposta dialoga diretamente com o contexto internacional inaugurado pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em especial com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5), voltado à igualdade de gênero, e com a ausência inicial de um objetivo específico dedicado à igualdade étnico-racial. Nesse cenário, destaca-se o protagonismo brasileiro na proposição do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 18 (ODS 18), voltado à igualdade étnico-racial, evidenciando a centralidade da questão racial para a compreensão das desigualdades no país e seu impacto direto sobre a produção e o uso das estatísticas públicas.

Metodologicamente, o artigo fundamenta-se na análise documental das publicações do IBGE que articulam as categorias sexo e cor ou raça, sistematizadas no Quadro Intersecção das categorias Sexo e Cor ou raça nas publicações do IBGE. Esse quadro constitui o eixo estruturante do corpus analisado, permitindo observar continuidades, lacunas, avanços e silenciamentos na incorporação da perspectiva interseccional nas estatísticas de gênero produzidas pelo Instituto. Ao mobilizar esse material, o artigo busca contribuir para a compreensão das estatísticas oficiais como produtos históricos e políticos, atravessados por disputas de sentido, e para o fortalecimento de abordagens interseccionais na análise das desigualdades de gênero no Brasil.

2. DESENVOLVIMENTO

A análise das estatísticas de gênero produzidas pelo IBGE exige, como ponto de partida, uma compreensão histórica das categorias censitárias que estruturam a produção dos dados oficiais no Brasil. As categorias utilizadas nos censos e pesquisas amostrais não são neutras nem naturais: elas resultam de escolhas institucionais situadas no tempo, atravessadas por disputas políticas, compromissos científicos e demandas sociais específicas. Nesse sentido, a memória das estatísticas de gênero está diretamente vinculada à trajetória histórica das classificações censitárias adotadas pelo Estado brasileiro.

Diferentemente de “cor ou raça”, a variável “sexo” manteve relativa estabilidade desde o primeiro recenseamento nacional em 1872. As classificações binárias — homem e mulher — foram reproduzidas de forma contínua, sem alteração conceitual ou operacional, mesmo diante de profundas transformações nas concepções de gênero ao longo dos séculos XX e XXI. Essa estabilidade é, ao mesmo tempo, técnica e política: a definição binária fundamenta a comparabilidade histórica dos dados e constitui eixo estruturante de indicadores centrais, como fecundidade, divisão sexual do trabalho, cuidado, escolaridade e mercado de trabalho (Cobo; Santos; Agostinho, 2018).

Entretanto, como observam autoras feministas como Butler (2023) e Scott (2019), a manutenção dessa categoria binária reforça uma lógica normativa que não contempla a complexidade das experiências identitárias. Essa limitação ganha relevo diante da demanda contemporânea por reconhecimento da diversidade de gênero, o que implicaria — como apontam Cobo, Santos e Agostinho (2018) — desafios metodológicos significativos:

redefinições amostrais, impactos sobre séries históricas e necessidade de instrumentos que garantam representatividade estatística de grupos cuja proporção na população geral é pequena. Assim, embora “sexo” permaneça estável enquanto variável estatística, seu uso envolve tensões entre exigências técnicas e transformações sociais que desafiam as fronteiras tradicionais da categoria.

A incorporação progressiva da perspectiva de gênero nas estatísticas oficiais ocorre de forma mais sistemática apenas a partir das transformações políticas e institucionais do final do século XX, especialmente no contexto de redemocratização do país e da ampliação do diálogo com organismos internacionais. Nesse período, o debate sobre desigualdades de gênero passa a tensionar o uso da variável sexo, exigindo que ela seja analisada não apenas como uma diferença biológica, mas como expressão de relações sociais marcadas por assimetrias de poder (Hollanda, 2020). Essa inflexão metodológica repercute diretamente na forma como o IBGE passa a organizar, interpretar e divulgar seus dados.

Paralelamente a esse processo, a variável cor ou raça ocupa um lugar historicamente ambíguo e instável nas estatísticas brasileiras. Desde o primeiro Censo de 1872, essa variável esteve presente, mas com alterações sucessivas, marcadas por ambiguidades, mudanças terminológicas e episódios de supressão total, refletindo tanto projetos políticos de nação quanto disputas em torno da identidade nacional. Lília Schwarcz (2012) evidencia que os censos não apenas medem a população — eles produzem narrativas de identidade nacional. Quando a variável foi retirada, como ocorreu em 1900, 1920 e 1970, tal supressão não foi fruto de neutralidade técnica, mas expressão de projetos políticos e ideológicos.

Faz parte de um certo modelo brasileiro negar e camuflar o conflito antes mesmo que ele se apresente de forma evidente. Em 1900, por exemplo, diante da constatação de que este era mesmo um país mestiço e negro, preferiu-se simplesmente retirar o quesito “cor” do censo demográfico. Dessa maneira, embora os censos tenham sido realizados no Brasil em 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1970 e 1980 o item “cor” não foi utilizado pelo menos em três momentos: 1900, 1920 e 1970. (Schwarcz, 2012, p.97)

Esse movimento de apagamento não é apenas técnico, mas “oficial”, no sentido de Pollak (1989): aquilo que o Estado deixa de registrar deixa também de compor a memória pública. A supressão da variável “cor” nos censos opera, portanto, como um silenciamento institucional que se articula ao racismo estrutural brasileiro. O retorno da categoria em 1940, sob o Estado Novo, ocorreu ainda de forma instável. Os termos variaram entre “branco”, “preto”, “pardo”, “amarelo” e, em alguns anos, os indígenas foram incluídos ou excluídos das categorias principais, o que evidencia o caráter político da classificação. Schwarcz (2012) observa que o termo “pardo” constitui um verdadeiro “saco” ou categoria-resto, que reúne todos os que não se encaixam perfeitamente em classificações previamente definidas. Essa imprecisão evidencia, mais do que diversidade fenotípica, um modo brasileiro de lidar com a

raça: classificações situacionais, dependentes do observador, permeadas por hierarquias implícitas. É o que Oracy Nogueira (1954, *apud* Schwarcz, 2012) conceitua como preconceito de marca, em contraste com o preconceito de origem dos Estados Unidos. Esse caráter fluido e relacional é também demonstrado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1976, quando, ao permitir autodeclaração aberta, os brasileiros identificaram-se com 136 diferentes denominações de cor — um testemunho da complexidade e ambiguidade do sistema classificatório racial brasileiro.

Entretanto, é a partir de 1991 que o IBGE unifica e estabiliza a categoria “cor ou raça” com cinco termos: branca, preta, amarela, parda e indígena (IBGE, 2018, p.178). Podemos inferir que essa mudança respondeu tanto a questões dos movimentos negros por reconhecimento estatístico das desigualdades raciais quanto à necessidade de alinhamento conceitual com estudos internacionais de etnoracialidade e com diretrizes de organismos multilaterais.

O presente texto trouxe até aqui uma série de informações sobre o estudo das características étnico-raciais no Brasil e alguns exemplos internacionais. Da mesma forma, sem pretender à exaustividade, abordou elementos de discussão sobre diversas vertentes dessa investigação que, no Brasil, articula-se em torno de dois conceitos principais, cor e raça. Os compromissos internacionais, assim como a utilização dos resultados da investigação para balizar reivindicações de igualdade racial e políticas, tais como as cotas em universidades e concursos para carreiras públicas, colocam em evidência a necessidade de estatísticas e registros adaptados a esses imperativos. (IBGE, 2018c, p.207)

Ao unir os dois termos “cor” - refere-se ao fenótipo - e “raça” - remete à dimensão sociopolítica da discriminação, o IBGE reconhece a complexidade da realidade brasileira: no Brasil, o pertencimento racial é construído pela intersecção entre aparência e lugar social.

Além disso, o sistema do IBGE tem categorias que podem ser aprimoradas e inclui dois conceitos em uma mesma pergunta: cores (branca, preta, parda, amarela) e raça indígena (subentendida como pertencimento étnico/cultural/linguístico a um “povo”). O sistema atual do IBGE daria conta da principal desigualdade racial no País, pois “embora o sistema brasileiro prefira os pardos aos pretos, a fronteira racial mais significativa é entre brancos e não brancos, já que o acesso à classe média é negado para ambos, pardos e pretos” (TELLES, 2012, p. 146). (IBGE, 2018c, p.190)

É, portanto, somente a partir do final do século XX e, de forma mais consistente, nos anos 2000, que a variável cor ou raça passa a ser reconhecida como elemento central para a análise das desigualdades sociais no Brasil. Esse reconhecimento não se limita à ampliação da coleta de dados, mas envolve uma mudança epistemológica na forma de interpretar a realidade social brasileira. No campo das estatísticas de gênero, essa inflexão revela que as desigualdades entre homens e mulheres não se distribuem de maneira homogênea, sendo profundamente atravessadas pelo pertencimento racial.

Nesse contexto, a articulação entre sexo e cor ou raça deixa de ser um simples cruzamento de variáveis e passa a constituir um eixo analítico fundamental. Kimberlé Crenshaw (1989) argumenta que a interseccionalidade é necessária para compreender fenômenos sociais em que múltiplas opressões se combinam. No Brasil, essa combinação

adquire contornos específicos: a leitura interseccional evidencia que mulheres negras, por exemplo, experimentam condições sociais, econômicas e políticas distintas tanto em relação aos homens negros quanto às mulheres brancas, o que impõe limites às análises que operam exclusivamente a partir da categoria sexo. Assim, a variável raça assume, no caso brasileiro, uma centralidade que ultrapassa o plano metodológico, configurando-se como condição epistemológica para a produção de estatísticas de gênero socialmente relevantes.

O IBGE reconhece essa necessidade em documentos recentes, como a publicação “Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais” (IBGE, 2018c), ao destacar a importância da desagregação por sexo e raça para compreender desigualdades estruturais. Sem essa dupla classificação, qualquer estatística de gênero tende a produzir uma categoria universal de “mulheres” que, como já advertia Lélia Gonzalez (2020), reflete a experiência das mulheres brancas de classes médias, invisibilizando a experiência da maioria das brasileiras.

A trajetória das categorias censitárias no IBGE, portanto, evidencia um movimento gradual de complexificação analítica, no qual a incorporação da perspectiva de gênero e da variável raça ocorre de maneira tensionada, não linear e marcada por avanços e lacunas. Essa dinâmica histórica fornece o pano de fundo necessário para compreender as transformações mais recentes nas estatísticas de gênero, especialmente aquelas associadas aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e às demandas por abordagens interseccionais, que serão discutidas nas seções seguintes.

2.1 A Agenda 2030, o ODS 5 e a proposta brasileira do ODS 18: implicações para as estatísticas de gênero

A incorporação da perspectiva de gênero nas estatísticas oficiais brasileiras não pode ser compreendida de forma dissociada dos compromissos internacionais assumidos pelo país, em especial aqueles vinculados à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Aprovada em 2015 no âmbito das Nações Unidas, a Agenda 2030 estabelece um conjunto de objetivos e metas orientados à promoção do desenvolvimento sustentável, da redução das desigualdades e da garantia dos direitos humanos, conferindo centralidade à produção de dados estatísticos comparáveis, desagregados e de qualidade (ONU, 2015).

Nesse contexto, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5), voltado à igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, ocupa lugar estratégico na consolidação das estatísticas de gênero em âmbito internacional e nacional. O ODS 5 não apenas reconhece as desigualdades de gênero como um problema estrutural, mas também explicita a necessidade de monitoramento contínuo por meio de indicadores capazes de capturar as múltiplas dimensões da vida social. Para tanto, os organismos internacionais, em especial a Divisão de Estatística das Nações Unidas, passaram a formular

diretrizes metodológicas que orientam os países signatários na produção de dados alinhados a esse objetivo. (IBGE, 2021b).

Esse movimento internacional resultou, em 2013, na elaboração do Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero - CMIG pela Divisão de Estatística da ONU. O CMIG, composto por 52 indicadores quantitativos (e 11 indicadores qualitativos), orienta países a construírem estatísticas capazes de medir desigualdades entre mulheres e homens, alinhadas a padrões internacionais (United Nations, 2013). Os 52 indicadores se distribuem nas cinco temáticas: Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos; Educação; Saúde e serviços relacionados; Vida pública e tomada de decisão; e Direitos humanos das mulheres e meninas. O IBGE adotou oficialmente o CMIG em 2018, iniciando uma reestruturação metodológica de seus indicadores para garantir comparabilidade e relevância analítica (IBGE, 2018). Ao adotar esse referencial, o Instituto reafirma seu compromisso com a comparabilidade internacional dos dados, ao mesmo tempo em que enfrenta o desafio de adaptar tais diretrizes às especificidades históricas, sociais e demográficas da realidade brasileira.

Entretanto, a própria estrutura da Agenda 2030 evidencia limites importantes quando observada a partir do contexto brasileiro. Embora a igualdade de gênero figure como um objetivo específico, não há, no conjunto original dos 17 ODS, um objetivo dedicado explicitamente à igualdade racial ou étnico-racial. Essa ausência torna-se particularmente significativa em países marcados por profundas desigualdades raciais, como o Brasil, nos quais a dimensão racial estrutura de forma decisiva as oportunidades, as condições de vida e o acesso a direitos.

É nesse cenário que se insere o protagonismo brasileiro na proposição do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 18 (ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial), voltado à promoção da igualdade étnico-racial. Segundo o Ministério da Igualdade Racial (2024), a proposta visa suprir um hiato estrutural da Agenda 2030 ao reconhecer a centralidade da dimensão racial na constituição das desigualdades e ao promover um compromisso internacional claro com o combate ao racismo (MIR, 2024). A proposta brasileira reconhece que as desigualdades raciais não podem ser tratadas apenas de forma transversal ou residual, mas demandam um marco específico de monitoramento e avaliação.

Essa proposição brasileira dialoga diretamente com reflexões de importantes pensadoras e ativistas negras. Lélia Gonzalez (2020) denuncia o “mito da democracia racial”, que oculta o racismo ao promover uma narrativa de harmonia baseada na miscigenação. Sueli Carneiro (2003) e Carla Akotirene (2021) reforçam que a desigualdade racial precisa ser compreendida como estrutural e intrinsecamente articulada a desigualdades de gênero. Assim, a proposta do ODS 18 está ancorada na necessidade de reconhecer que raça não é variável periférica, mas eixo organizador da vida social.

No campo teórico, esse entendimento se alinha ao conceito de interseccionalidade, proposto por Kimberlé Crenshaw (1989), que defende que sistemas de opressão — como racismo e sexismo — não operam de forma isolada, mas articulada. Para a pesquisadora e doutora Carla Akotirene (2021, p.36), “a interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um

patamar de igualdade analítica.”. A interseccionalidade, portanto, exige que dados e indicadores considerem simultaneamente múltiplos marcadores sociais, sobretudo em países onde raça e gênero estruturam de modo combinado a estratificação social.

É nesse sentido que, para um país como o Brasil, discutir a Agenda 2030 implica necessariamente discutir raça. Tal iniciativa dialoga diretamente com a trajetória das estatísticas públicas no país, historicamente tensionadas pelos silenciamentos produzidos em determinados períodos censitários e pela invisibilização das desigualdades raciais — algo já amplamente criticado pela literatura (Gonzalez, 2020; Akotirene, 2021; Carneiro, 2003).

A articulação entre o ODS 5 e a proposta do ODS 18 reforça a necessidade de uma abordagem interseccional na produção e análise das estatísticas de gênero e constitui um marco fundamental para compreender as transformações recentes nas estatísticas de gênero produzidas pelo IBGE. Mais do que um alinhamento formal a compromissos internacionais, observa-se a construção de um campo de disputas epistemológicas e metodológicas em torno da forma de representar a população brasileira. O IBGE, ao incorporar de forma sistemática a variável cor ou raça em suas publicações de estatísticas de gênero, avança no sentido de responder a esse desafio.

O objetivo do presente estudo é produzir indicadores nacionais a partir dos metadados do CMIG, disponibilizados UNSD. Alguns dos 52 indicadores do CMIG não apresentavam, até a presente data, metodologia de cálculo que possibilitasse a compreensão adequada do indicador para que o mesmo pudesse ser elaborado. Em alguns casos, mesmo sem os metadados disponíveis, foi possível a construção do indicador a partir de metodologias já utilizadas nas pesquisas domiciliares, registros administrativos ou em publicações oficiais específicas sobre cada temática. Em outros casos, foram feitas algumas adaptações como forma de suprir lacunas de informações existentes.

Há, ainda, um grupo de indicadores cuja elaboração não foi possível pelo nível de desagregação exigido ou pela indisponibilidade dos dados na forma de registros administrativos gerados pelo órgão competente. [...] **Por outro lado, o estudo incluiu desagregações adicionais para os indicadores propostos pelo CMIG, como Unidades da Federação, cor ou raça, grupos de idade, entre outras. Além disso, foram produzidos indicadores complementares com o fim de ampliar as possibilidades de análise, mitigando a ausência de indicadores CMIG indisponíveis.** (IBGE, 2021b, p.5, grifo nosso)

Ainda que orientado por diretrizes internacionais, o Instituto opera uma tradução metodológica que reconhece a centralidade da raça como elemento estruturante das desigualdades de gênero no Brasil. Essa escolha não é meramente técnica, mas expressa um posicionamento institucional diante das demandas sociais e políticas por maior visibilidade das desigualdades interseccionais. É nesse terreno que a variável raça emerge como elemento indispensável, não apenas como recorte analítico complementar, mas como condição necessária para a produção de estatísticas de gênero capazes de refletir a complexidade da sociedade brasileira — questão que será aprofundada a seguir, a partir da análise interseccional e da estruturação do **quadro Intersecção das categorias Sexo e Cor ou raça nas publicações do IBGE.**

2.2 A centralidade da variável raça para as estatísticas de gênero no Brasil: interseccionalidade como condição epistemológica

A análise das estatísticas de gênero no Brasil exige o reconhecimento de que as desigualdades entre homens e mulheres não se distribuem de forma homogênea no interior da população feminina. No contexto brasileiro, marcado por uma história de escravidão, racismo estrutural e profundas desigualdades socioeconômicas, a variável cor ou raça assume papel central para a compreensão das assimetrias de gênero. Nesse sentido, a articulação entre sexo e cor ou raça não deve ser compreendida apenas como um recurso metodológico adicional, mas como uma condição epistemológica para a produção de conhecimento estatístico socialmente situado.

A partir da perspectiva decolonial, adotamos a interseccionalidade como ferramenta analítica proposta por Patrícia Hill Collins e Silma Bilge (2021) para mapear os marcadores utilizados pelo IBGE nas estatísticas de gênero, com foco específico nas categorias sexo e cor ou raça. A perspectiva interseccional, ao evidenciar que os sistemas de opressão operam de forma simultânea e imbricada, permite compreender como gênero e raça se combinam na produção de desigualdades específicas. No caso das estatísticas oficiais, essa abordagem revela os limites de análises baseadas exclusivamente na variável sexo, uma vez que tais recortes tendem a obscurecer diferenças internas ao grupo das mulheres e a produzir uma representação homogeneizante da experiência feminina.

No Brasil, a incorporação sistemática da variável cor ou raça nas estatísticas de gênero produzidas pelo IBGE constitui um avanço relevante na direção de uma leitura mais complexa da realidade social. Conforme discutido no texto da pesquisa de mestrado, a trajetória da variável racial nos censos e pesquisas domiciliares foi marcada por descontinuidades, reformulações conceituais e períodos de apagamento, refletindo disputas políticas e ideológicas em torno da forma de representar a população brasileira. Esses silenciamentos estatísticos, longe de serem neutros, contribuíram historicamente para a reprodução do mito da democracia racial (Gonzalez, 2020) e para a invisibilização das desigualdades raciais.

A retomada e a consolidação da categoria “cor ou raça” a partir do Censo Demográfico de 1991, bem como sua utilização crescente nas publicações de estatísticas de gênero, reconfiguram esse cenário. Ao permitir a desagregação dos indicadores por sexo e cor ou raça, o IBGE torna visíveis desigualdades persistentes na educação, no trabalho, na renda, na saúde e na participação política – assuntos investigados pelas cinco temáticas do Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero – CMIG. Esses dados evidenciam que mulheres negras, em especial, ocupam posições sistematicamente mais desfavoráveis quando comparadas tanto aos homens negros quanto às mulheres brancas.

Dessa forma, a variável raça deixa de operar apenas como um recorte analítico complementar e passa a constituir um eixo estruturante da análise de gênero. A interseção entre sexo e cor ou raça revela padrões de desigualdade que não podem ser explicados por uma única dimensão, exigindo uma abordagem que reconheça a simultaneidade dos marcadores sociais. No âmbito das estatísticas públicas, essa escolha implica reconhecer que a produção de dados é também uma prática social situada, atravessada por valores, disputas e compromissos políticos.

Essa centralidade se expressa de forma concreta na estruturação do **quadro Intersecção das categorias Sexo e Cor ou raça nas publicações do IBGE**, que organiza e sistematiza o *corpus* analisado nesta pesquisa. O quadro não apenas evidencia em quais publicações e indicadores essa interseção está presente, mas também permite observar os limites e as possibilidades da produção estatística atual. A análise desse material constitui, assim, um ponto de inflexão neste artigo, ao articular reflexão teórica, memória das estatísticas de gênero e exame empírico das práticas institucionais do IBGE.

Na próxima seção, o foco recairá sobre o detalhamento da construção desse quadro e sobre a análise de seu conteúdo, explicitando os critérios adotados, os recortes possíveis e as implicações analíticas da interseção entre sexo e cor ou raça para a compreensão das estatísticas de gênero no Brasil.

2.3 Construção, critérios e implicações analíticas do quadro Intersecção das categorias Sexo e Cor ou raça nas publicações do IBGE

Selecionamos, para integrar o *corpus* da pesquisa, os livros e informativos que tratam do tema gênero a partir dos anos 2000 e que fazem parte da mesma linha editorial: a série “Estudos e pesquisas – informação demográfica e socioeconômica”, que divulga estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional. Essas publicações são divulgadas para a sociedade em geral no portal oficial, no site da biblioteca e da loja virtual do IBGE² para *download* gratuito, e algumas são vendidas na loja virtual do IBGE com possibilidade de recebimento do livro impresso.

O **quadro Intersecção das categorias Sexo e Cor ou raça nas publicações do IBGE** constitui o principal instrumento analítico deste artigo, na medida em que organiza, sistematiza e torna comparável o conjunto de publicações do *corpus*. Os critérios adotados para a construção do quadro consideraram: (a) a temática das publicações (estatísticas sobre mulheres e estatísticas de gênero); (b) a explicitação metodológica da perspectiva de gênero

2 Portal do IBGE: <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html> ; Biblioteca IBGE: <https://biblioteca.ibge.gov.br>; Loja virtual do IBGE: <https://biblioteca.ibge.gov.br>

na análise dos dados; e (c) o nível de desagregação efetivamente disponibilizado nos resultados apresentados. Dessa forma, o ele não se limita a registrar a existência formal das variáveis, mas busca apreender como elas operam concretamente na produção dos indicadores.

Quadro 1: Intersecção das categorias Sexo e Cor ou Raça nas publicações do IBGE.

ANO	PUBLICAÇÃO	TIPOLOGIA	SEXO			COR OU RAÇA	INTERSECÇÃO/DESAGREGAÇÃO POR SEXO E COR OU RAÇA
			MULHER	MULHERES	GÊNERO		
2000	Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000	Livro		Título da publicação			
2000	Síntese de Indicadores Sociais	Livro	Não há capítulo específico para mulher/mulheres/gênero			Capítulo Desigualdades Raciais	
2002	Síntese de Indicadores Sociais	Livro	Título do capítulo		Perspectiva de gênero no texto	Capítulo Desigualdades Raciais	1 indicador – Cap. Desigualdades Raciais
2003	Síntese de Indicadores Sociais	Livro	Título do capítulo		Perspectiva de gênero no texto	Capítulo Cor	1 indicador – Cap. Cor
2004	Síntese de Indicadores Sociais	Livro	Título do capítulo		Perspectiva de gênero no texto	Capítulo Cor	1 indicador – Cap. Cor
2005	Síntese de Indicadores Sociais	Livro	Título do capítulo		Perspectiva de gênero no texto	Capítulo Cor	3 indicadores – Cap. Aspectos Demográficos
2006	Síntese de Indicadores Sociais	Livro		Título do capítulo	Perspectiva de gênero no texto	Capítulo Cor	1 indicador – Cap. Aspectos Demográficos
2007	Síntese de indicadores sociais	Livro		Título do capítulo	Perspectiva de gênero no texto	Capítulo Cor ou Raça	1 indicador – Cap. Idosos
2008	Síntese de Indicadores Sociais	Livro		Título do capítulo	Perspectiva de gênero no texto	Capítulo Cor ou Raça	
2009	Síntese de Indicadores Sociais	Livro		Título do capítulo	Perspectiva de gênero no texto	Capítulo Cor ou Raça	1 indicador – Cap. Mulheres
2010	Síntese de Indicadores Sociais	Livro		Título do capítulo	Perspectiva de gênero no texto	Capítulo Cor ou Raça	2 indicadores – Cap. Mulheres e Cap. Aspectos Demográficos
2012-2024	Síntese de Indicadores Sociais	Livro	De 2012 a 2024: Não há mais um capítulo específico para mulheres e cor ou raça. Transversalidade da perspectiva de gênero e cor ou raça nos temas do livro.				Alguns indicadores desagregados por sexo e cor ou raça
2014	Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010	Livro			Título da publicação		Perspectiva interseccional no texto e quase todos os indicadores desagregados por sexo e cor ou raça
2018	Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil	Informativo		Subtítulo da publicação	Título da publicação		Perspectiva interseccional no texto e quase todos os indicadores CMIG desagregados por sexo e cor ou raça
2021	Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil	Informativo		Subtítulo da publicação	Título da publicação		Perspectiva interseccional no texto e quase todos os indicadores CMIG desagregados por sexo e cor ou raça
2024	Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil	Informativo		Subtítulo da publicação	Título da publicação		Perspectiva interseccional no texto e quase todos os indicadores CMIG desagregados por sexo e cor ou raça

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Estruturamos o quadro acima com as colunas “Ano”, “Publicação”, “Tipologia”, “Sexo”, “Cor ou raça” e “Interseccção sexo e cor ou raça” com o objetivo de identificar como são apresentadas as informações das categorias sexo e cor ou raça e investigar a interseccionalidade dessas categorias. Como todas as publicações do *corpus* estão disponíveis na Biblioteca Virtual do IBGE, através do *download* gratuito obtive os arquivos em PDF para mapear a ocorrência dos termos pela ferramenta de busca, quando necessário.

Na coluna que corresponde à categoria “Sexo”, mapeamos a ocorrência dos termos mulher/mulheres/gênero nos títulos, subtítulos e/ou no texto das publicações nas publicações da Síntese de Indicadores Sociais- SIS, no livro Estatística de Gênero (2014) e nos informativos de 2018, 2021 e 2024. Na coluna “Cor ou raça”, observamos nas publicações da - SIS, de 2002 a 2024, o histórico de tratamento dessa temática como um capítulo à parte e

registramos as variações dos títulos desse capítulo até 2012. A partir da SIS 2012, deixam de existir os capítulos Cor ou raça e Mulheres, e há transversalidade da perspectiva de gênero e cor ou raça nos temas da SIS. Na coluna “Intersecção Sexo e Cor ou Raça”, procuramos identificar quando houve o cruzamento dessas duas categorias para a análise de gênero, utilizando a ferramenta de busca textual. Os termos pesquisados foram: “perspectiva de gênero”, “mulheres brancas”, “mulheres pretas”, “mulheres pardas” ou simplesmente “brancas”, “pretas” e “pardas”. A partir dessa busca, identificamos em cada publicação da SIS os capítulos onde encontramos um indicador com a desagregação por sexo e cor ou raça, bem como conseguimos quantificar o número de indicadores interseccionais por capítulo e por publicação. Fizemos uma busca textual também pelo termo “interseccionalidade” (ou variações, como “interseccional”), já que a partir da publicação Estatísticas de gênero (2014) precisávamos mapear a interseccionalidade de sexo e cor ou raça nas publicações com a temática “gênero”.

O mapeamento dos indicadores que traziam a intersecção de sexo e cor ou raça nos possibilitaram algumas análises:

- Em termos quantitativos, de 2002 até 2010, temos a ocorrência de 1 a 3 indicadores que utilizam o cruzamento das variáveis “sexo” e cor ou raça em cada publicação da Síntese de Indicadores – SIS, com exceção da SIS de 2008. A partir de 2012, as temáticas gênero e cor ou raça são tratadas de forma transversal nos temas da SIS , e encontramos alguns indicadores com esse cruzamento.
- Observamos que, apesar do capítulo Mulheres adotar a perspectiva de gênero no texto, os indicadores que têm os dados desagregados segundo “sexo” e “cor ou raça” somente aparecem no capítulo Mulheres nas publicações da SIS de 2009 e na SIS de 2010, servindo à análise interseccional de gênero segundo sexo e cor e raça.

A organização do *corpus* por meio do quadro Intersecção das categorias Sexo e Cor ou raça nas publicações do IBGE possibilita observar a progressiva incorporação da perspectiva interseccional nas publicações do IBGE, especialmente a partir da publicação Estatísticas de gênero em 2014, que apresenta, ao final da publicação, um quadro com a matriz dos indicadores e as desagregações segundo as variáveis sexo, cor ou raça, grupos de idade e localização. No trabalho de pesquisa de mestrado de que este artigo é um resultado, apresento esse quadro com os 67 indicadores utilizados para as análises de gênero no qual podemos constatar que, desse total, apenas 5 indicadores não possuem a desagregação por “cor ou raça”. A partir do alinhamento às recomendações internacionais e da adoção do CMIG em 2018, o IBGE consolidou a perspectiva interseccional na análise das estatísticas de gênero, o que podemos constatar nas publicações dos informativos Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil, em 2018, 2021 e 2024.

Nesta edição, do total de 51 indicadores quantitativos propostos no CMIG, foi possível construir 44, sendo 11 proxies – indicadores com algumas adaptações conceituais e/ou metodológicas em função da não disponibilidade de dados para construção dos originais. O cálculo dos indicadores para o Brasil se baseou em fontes de dados variadas, priorizando estatísticas públicas oficiais. Além das bases de dados do IBGE, também foram utilizadas, por exemplo, bases do Ministério da Saúde, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Os dados foram desagregados por sexo e, sempre que possível, por outras características de forma a revelar iniquidades, em consonância com os estudos mais atuais sobre interseccionalidades que indicam que a cor ou raça, ser pessoa com deficiência, morar em áreas urbanas ou rurais, entre outros, podem, quando combinados, causar impactos significativos sobre a vida das pessoas, reforçando e ampliando as desigualdades. Quando possível, as séries históricas dos indicadores foram disponibilizadas, sendo priorizado na análise o último ano disponível para a informação. (IBGE, 2024)

Na dissertação de mestrado, em fase de conclusão, apresentarei, ainda, um quadro que estruturei a partir das tabelas da publicação Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil (2014) com os indicadores CMIG as desagregações por sexo e cor ou raça, onde constatamos que, dos 51 indicadores, apenas 12 não possuem a desagregação por cor ou raça.

Por fim, o quadro Intersecção das categorias Sexo e Cor ou raça nas publicações do IBGE assume uma função que ultrapassa a mera sistematização empírica dos dados analisados. Ele se configura como um instrumento de memória das estatísticas de gênero produzidas pelo IBGE, ao registrar as formas pelas quais o Instituto vem incorporando — ou deixando de incorporar — a dimensão racial em suas análises nas últimas décadas. A análise desenvolvida a partir do quadro Intersecção das categorias Sexo e Cor ou raça nas publicações do IBGE reforça, assim, o argumento central deste artigo: no contexto brasileiro, a variável raça constitui elemento indispensável para as estatísticas de gênero, não apenas como recorte analítico complementar, mas como condição necessária para a produção de conhecimento estatístico capaz de refletir a complexidade das desigualdades sociais. Essa constatação orienta as considerações finais, nas quais se retomam os principais achados do estudo e suas implicações para a memória das estatísticas de gênero no Brasil.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar as estatísticas de gênero produzidas pelo IBGE a partir de uma perspectiva interseccional (Collins e Bilge, 2021), com ênfase na articulação entre as categorias sexo e cor ou raça, compreendidas como dimensões indissociáveis para a leitura das desigualdades no contexto brasileiro. Ao adotar como eixo analítico a memória das estatísticas oficiais, buscou-se evidenciar que a produção de dados não é um processo neutro, mas uma prática social situada (Haraway, 1988), atravessada por disputas conceituais, escolhas metodológicas e condicionantes históricos.

A reconstrução do histórico das categorias censitárias mostrou que tanto a variável

sexo quanto a variável cor ou raça foram objeto de continuidades, reformulações e silenciamentos ao longo do tempo. No caso da categoria racial, os períodos de apagamento nos censos e pesquisas oficiais evidenciam a estreita relação entre estatística, projeto de nação e ideologias hegemônicas, em especial aquelas associadas ao mito da democracia racial (Gonzalez, 2020). A retomada e a consolidação da categoria “cor ou raça”, sobretudo a partir do Censo Demográfico de 1991, constituem, assim, um marco fundamental para a produção de estatísticas capazes de explicitar desigualdades historicamente invisibilizadas (Collins e Bilge, 2021).

A discussão sobre a Agenda 2030, o ODS 5 e a proposta brasileira do ODS 18 permitiu situar a produção das estatísticas de gênero do IBGE em um cenário mais amplo de compromissos internacionais e disputas políticas contemporâneas. Se, por um lado, o alinhamento às diretrizes internacionais fortalece a comparabilidade dos dados e a institucionalização das estatísticas de gênero, por outro, o contexto brasileiro evidencia os limites de abordagens que não incorporam de forma central a dimensão racial. A proposição do ODS 18 explicita esse tensionamento e reforça a necessidade de indicadores que considerem as desigualdades étnico-raciais como estruturantes.

Nesse sentido, o argumento central desenvolvido ao longo do artigo sustenta que a variável raça não deve ser tratada apenas como um recorte analítico complementar nas estatísticas de gênero, mas como uma condição epistemológica para a produção de conhecimento estatístico socialmente relevante no Brasil (Akotirene, 2021). A interseccionalidade entre sexo e cor ou raça revela padrões de desigualdade que permanecem ocultos em análises unidimensionais e permite compreender de forma mais precisa as posições desiguais ocupadas por diferentes grupos de mulheres na sociedade brasileira.

A análise do **quadro Intersecção das categorias Sexo e Cor ou raça nas publicações do IBGE** evidenciou tanto avanços quanto limites na incorporação dessa perspectiva interseccional nas estatísticas de gênero. Embora se observe uma ampliação do uso da desagregação racial em determinados temas e indicadores, persistem lacunas importantes, que apontam para desafios metodológicos, institucionais e políticos ainda presentes na produção dos dados. O quadro, ao sistematizar o *corpus* analisado, cumpre, portanto, uma dupla função: analítica e memorial, ao registrar as formas pelas quais o IBGE vem construindo — e tensionando — a interseccionalidade em suas publicações.

Por fim, ao articular a produção estatística às memórias institucional e social, este artigo reafirma o papel estratégico do IBGE na produção de estatísticas de gênero no Brasil. Michael Pollak (1989; 1992) e Andreas Huyssen (2014), autores do campo da Memória Social, discutem lembrança e esquecimento como estratégias narrativas no âmbito da memória

social e política, no sentido de que “qualquer narrativa é seletiva e implica, passiva ou ativamente, certo esquecimento de uma história que poderia ser contada de outra maneira.” (Huyssen, 2014, p.158).

Mais do que fornecer subsídios técnicos para o planejamento e a formulação de políticas públicas, as estatísticas oficiais participam ativamente da construção das formas de ver, nomear e interpretar a população brasileira. Para Ferreira (2009, p.108), “a representação identitária implica um afrontamento de forças, uma escolha política das memórias que irão constituir-la e cuja manutenção exige a exclusão sob a forma de recalcamento, repressão ou censura, de tudo aquilo que pode colocar em xeque o que se quer preservar”. Considerando o papel das estatísticas oficiais para o planejamento das políticas públicas de equidade social, as estatísticas de gênero do IBGE vêm dando visibilidade para homens brancos, pretos e pardos e mulheres brancas, pretas e pardas, possibilitando o reconhecimento das desigualdades de gênero e raça entre homens e mulheres, mas sobretudo, entre grupos do mesmo sexo, o que pode operar na constituição e coalizão de identidades sociais.

Reconhecer essa dimensão é fundamental para compreender que a ampliação da interseccionalidade nas estatísticas de gênero não se limita a um aprimoramento técnico, mas envolve escolhas epistemológicas e políticas centrais para a democratização do conhecimento estatístico e para o enfrentamento das desigualdades de gênero e raça no país.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021. 152 p. (Feminismos Plurais).

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Judith Butler; tradução de Renato Aguiar - 25ª ed - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser**. São Paulo: Selo Negro, 2003.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. - 1.ed. - São Paulo: Boitempo, 2021.

COBO, Barbara; SANTOS, Caroline; AGOSTINHO, Cíntia Simões. Abordagem de gênero nas estatísticas sociais. In: SIMÕES, André; ATHIAS, Leonardo; BOTELHO, Luanda, organizadores. **Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018.

CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acesso em 18/02/2025.

FERREIRA, Lucia M. A. **As práticas discursivas e os (im)previsíveis caminhos da memória**. In: DODEBEI, Vera.; FARIAS, GONDAR, Jô. O que é memória social? Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2009.

GONZALEZ, Lelia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. **Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective**. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3178066>. Acesso em: 7/7/2025.

HOLLANDA, Heloisa B. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HUYSEN, Andreas. **Cultura do Passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

IBGE. **Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000**. Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 8. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2002**. Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 11. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2003**. Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 12. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2004**. Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 15. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2005**. Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 17. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2006**. Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 19. Rio de Janeiro: IBGE, 2006b.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2007: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 21. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2008: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 23. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2009: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 26. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2010: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 27. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2012: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 29. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2024: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 54. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IBGE. **Estatísticas de Gênero – Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, número 33. Rio de Janeiro: IBGE,

2014.

IBGE. **Estatísticas de Gênero – Indicadores Sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf Acesso em: 12/03/2025.

IBGE. **Estatísticas de Gênero – Indicadores Sociais das mulheres no Brasil: notas técnicas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_notas_tecnicas.pdf Acesso em: 12/03/2025.

IBGE. **Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018c.

IBGE. **Estatísticas de Gênero – Indicadores Sociais das mulheres no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf Acesso em: 12/03/2025.

IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil: notas técnicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 12 dez. 2025.

IBGE. **Estatísticas de Gênero – Indicadores Sociais das mulheres no Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf Acesso em: 12/03/2025.

MIR – Ministério da Igualdade Racial. **Proposta do ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial**. Brasília, 2024.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. In: HOLLANDA, H. B. Pensamento feminista hoje: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

UNITED NATIONS. Statistics Division. **Gender statistics manual: integrating a gender perspective into statistics**. New York: United Nations, 2013. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/genderstatmanual/Sitemap.ashx>. Acesso em: set. 2025.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. New York: United Nations, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 5 dez. 2025.

UNITED NATIONS. **Integrating a gender perspective into statistics**. New York: United Nations, 2016.